https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/gestao-da-atencao-psicossocial/

Gestão da atenção psicossocial em desastres: relato de experiência em um abrigo provisório durante as enchentes no Rio Grande do Sul, Brasil

Helen Barbosa dos Santos[1]
Daniela Barsotti Santos[2]
Tiffani Gomes Cardozo[3]

RESUMO: O relato de experiência analisa a atuação voluntária da psicologia em um abrigo provisório instalado em uma escola pública de Porto Alegre durante o desastre socioambiental decorrente das chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul em 2024. A população abrigada era majoritariamente oriunda de Eldorado do Sul, um dos municípios mais devastados pelo desastre. Fundamentado em referenciais da atenção psicossocial em desastres, da psicologia social e institucional e da antropologia, o estudo problematiza os desafios oriundos dos múltiplos fluxos de atuação que atravessaram a gestão do cuidado no contexto pós-emergencial. Observou-se que a permanência de uma lógica de urgência, o voluntarismo desarticulado e ausência efetiva da política de assistência social produziram tensionamentos institucionais, revitimizações e riscos éticos. A atuação interdisciplinar envolveu mediação de conflitos, organização de fluxos de trabalho, criação de núcleos de cuidado (infância, trabalhadores e acesso a direitos), prevenção à violência e promoção de espaços coletivos de escuta e protagonismo da população acolhida. Conclui-se que a atenção psicossocial em abrigos provisórios exige abordagem intersetorial, diagnóstico institucional e estratégias que superem práticas assistencialistas, fortalecendo autonomia, direitos sociais e reconstrução coletiva da vida após o desastre.

PALAVRAS-CHAVE: Desastres; Abrigamento; Atenção Psicossocial.

Psychosocial care management in disasters: an experience report from a temporary shelter during the floods in Rio Grande do Sul, Brazil

ABSTRACT: This experience report examines the voluntary work undertaken by psychologists in a temporary shelter established in a public school in Porto Alegre, Brazil, during the socio-environmental disaster caused by the heavy rainfall that affected the state of Rio Grande do Sul in 2024. The sheltered population consisted predominantly of people from Eldorado do Sul, one of the municipalities most severely devastated by the disaster. Drawing on theoretical frameworks from psychosocial care in disasters, social and institutional psychology, and anthropology, this study critically examines the challenges arising from the multiple and intersecting operational dynamics that shaped care management in the post-emergency context. The findings indicate that the persistence of an emergency-driven approach, uncoordinated volunteer efforts, and the lack of

an effective social assistance policy generated institutional tensions, revictimization, and ethical risks. The interdisciplinary work involved conflict mediation, the organization of workflows, the establishment of care units focused on children, workers, and access to rights, violence prevention, and the promotion of collective spaces for listening and fostering the agency of the sheltered population. The study concludes that psychosocial care in temporary shelters requires an intersectoral approach, institutional assessment, and strategies that move beyond paternalistic assistance practices, thereby strengthening autonomy, social rights, and the collective reconstruction of life in the aftermath of disaster.

KEYWORDS: Disasters; Shelter; Psychosocial care.

Introdução

O presente artigo emerge da experiência em trabalho voluntário como psicóloga durante o período dos desastres climáticos que assolaram o Rio Grande do Sul (RS) em 2024. As atividades foram realizadas, entre os meses de abril e junho, em uma escola pública de Porto Alegre. A instituição, por cerca de 4 meses, funcionou como abrigo emergencial a pessoas atingidas pelos eventos climáticos provindas, especialmente, do município de Eldorado do Sul, um dos territórios mais atingidos pelo desastre. Buscou-se analisar as temporalidades e os movimentos institucionais no acompanhamento sistemático enquanto voluntária da área de psicologia. O campo de análise teve o auxílio de referenciais teóricos brasileiros sobre a gestão integral do cuidado em atenção psicossocial nos desastres, da antropologia e da psicologia social e institucional.

O Estado do Rio Grande do Sul apresenta uma histórica recorrência de eventos hidrológicos extremos, tendo a inundação de maio de 1941 permanecido por mais de oito décadas como o principal referencial de desastre natural na Região Metropolitana de Porto Alegre (Guimarães; 2013). Contudo, a catástrofe registrada em maio de 2024 superou os recordes anteriores, redefinindo os parâmetros de vulnerabilidade socioespacial e sofrimento psíquico da população afetada. Sob a perspectiva climática, enquanto a cheia de 1941 decorreu de precipitações distribuídas ao longo de 22 dias, o evento de 2024 caracterizou-se por volumes severos e concentrados em poucos dias. Esse dinamismo meteorológico fez com que o nível do Lago Guaíba ultrapassasse a marca histórica de 4,76 metros atingida no século XX, superando os 5,00 metros e provocando uma inundação abrupta e de rápida evolução espacial (Guimarães, 2013; Noal et al., 2015).

Para além da magnitude física das águas, o diferencial crítico de 2024, com profundas implicações na saúde mental coletiva, residiu no colapso do Sistema de Proteção Contra Inundações da capital, que havia sido projetado justamente a partir da experiência de 1941. O transbordo de barreiras, associado a falhas eletromecânicas em casas de bombas e comportas, gerou um cenário de imprevisibilidade e desamparo institucional. A inundação de bairros considerados "seguros" subverteu a percepção de segurança da população, atuando como um estressor agudo e traumático. Adicionalmente, a escala do desastre produziu um deslocamento forçado em massa de proporções inéditas, resultando em uma crise de desterritorialização que exigiu a abertura imediata de centenas de abrigos temporários. Esse panorama de perdas multifatoriais (moradia, rotina, laços comunitários e referenciais de segurança) moldou um cenário de alta complexidade para as práticas de atenção psicossocial.

A experiência profissional e acadêmica prévia da autora principal mobilizou o encontro a essa prática profissional voluntária durante as inundações de 2024 que se caracterizam como desastre socioambiental, devido aos efeitos deletérios produzidos a longo prazo. O Relato de Experiência foi escolhido como modalidade de estudo qualitativo e descritivo que legitima a vivência como fonte de produção de conhecimento científico (Daltro; Faria, 2019), valorizando a explicitação descritiva, interpretativa e compreensiva de fenômenos, circunscrita num determinado contexto sócio-histórico (Mussi et al., 2021).

Entende-se que a atuação da psicologia em situações de desastres socioambientais necessita considerar a interdisciplinaridade, as problemáticas sociais que envolvem políticas públicas, territorialidades precárias e relações de poder, diante das múltiplas vulnerabilizações da população atingida. Nesse relato de experiência, ressalta-se a importância de ascender às práticas de atenção psicossocial após o momento de resgate e emergência, momento em que o abrigo emerge como um reduto de proteção e um dos principais territórios de fomento para projetos de reconstrução da vida de famílias atingidas pelos desastres causado pelas inundações.

Para auxiliar as comunidades atingidas pelo evento climático no RS, mais de 900 abrigos foram organizados em escolas, universidades e ginásios locais. Almejou-se a provisão de assistência e cuidados em saúde às vítimas dos desastres, além de apoio psicológico, emocional e social às comunidades afetadas (Rio Grande do Sul, 2024). Na teoria, os abrigos se estruturam sob responsabilidade dos municípios, com apoio, orientação e acompanhamento da Defesa Civil do

Estado e da Secretaria de Desenvolvimento Social. No entanto, não havia qualquer sistematização estadual acerca do número de vagas em abrigos ou transporte garantido para as pessoas recém resgatadas.

A infraestrutura, a organização, a qualidade e os serviços ofertados variaram entre os espaços. Algumas instituições não governamentais constituíram abrigos exclusivos para mulheres, meninas e crianças, visto que essa população é mais exposta à duplicidade de vitimização por desastres e por assédios das mais diversas ordens (Costa et al., 2024; Wernke, 2024).

Uma das principais demandas das pessoas em situação de abrigamento era a comunicação com a rede de atenção socioassistencial. Nesse sentido, houve um significativo prejuízo, visto que 90% das pessoas da instituição acolhedora em Porto Alegre eram de Eldorado do Sul, um dos 463 municípios mais atingidos no RS (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], 2024). Estimou-se que 97% da área urbana e 80% da área total do município ficaram submersas (Léon, 2024). Os municípios mais afetados foram Eldorado do Sul, Muçum e Estrela, onde, respectivamente, 81,1% 74,5% e 54,8% da população foi diretamente atingida. É importante citar que da população de 39.559 pessoas de Eldorado do Sul, 32.115 (81,2%) foram diretamente atingidas pelas inundações. Relativo à população que possuía Cadastro Único para proteção social básica, essa proporção chegou a 72,3% no mesmo município (IPEA, 2024).

Compreende-se que esse território sofrera uma intersecção entre o desastre e a catástrofe. Catástrofe Socioambiental é uma nomenclatura que explicita quando a ajuda humanitária e governamental é severamente prejudicada, tanto nos resgates (que tiveram que ser realizados por helicópteros ou barcos) ou quando os serviços públicos da região são diretamente impossibilitados de atuar (Souza, 2024). Praticamente todos os serviços da rede pública socioassistencial do município de Eldorado do Sul perderam seus recursos físicos e tecnológicos.

A escola Estadual de Porto Alegre em que foi realizado o trabalho voluntário abrigou cerca de 110 pessoas, entre mulheres, crianças, adolescentes e homens adultos. Salas de aula foram destinadas para os quartos que eram ocupados por famílias constituídas por proximidade afetiva como recomendado pelo Ministério da Saúde (2024a) e estudos prévios (Massarani; Kretzer, 2016; Valencio, 2009). O prédio de dois andares possibilitou a organização de oito quartos e cada andar disponibilizou um banheiro feminino e um masculino. Havia duas salas de jogos, sendo uma para jovens e outra destinada às crianças com apoio de voluntários e pedagoga da escola. O grande

pátio na frente da escola foi espaço para a realização de algumas festas como aniversários infantis, celebração alusiva ao dia das mães e festividades com música, promovidas pela sociedade civil, aos domingos. Ainda, o fundo do pátio abrigou mais de 100 cachorros em canis individuais.

Garantir o provimento de água e boas condições de higiene, a manutenção de temperatura adequada às circunstâncias ambientais e a questão da segurança, que é fundamental, são itens iniciais. Entretanto, é necessário dar atenção a outras situações igualmente importantes como a saúde mental entendida em seu caráter integral (Ministério da integração nacional, 2010).

As práticas de atenção psicossocial eram organizadas por uma equipe de psicólogas, integrante do quadro de profissionais voluntários e gestores do abrigo provisório. O trabalho presencial era organizado em escalas combinadas conforme disponibilidade de cada profissional para que houvesse pelo menos dois deles disponíveis nas 24 horas. A comunicação entre a equipe aconteceu por grupo de WhatsApp; sendo o acesso às pastas e o registro em prontuário eletrônico realizado apenas por psicólogas cadastradas pelo Conselho Regional de Psicologia (CRP)/RS. Ainda no abrigo ocorriam reuniões para a passagem da rotina e situações ocorridas em cada turno de trabalho. Os acolhimentos e os acompanhamentos quando realizados, eram originados de demandas espontâneas ou por encaminhamentos da equipe de saúde.

Inicialmente, a escola teve dificuldade para obter as doações da prefeitura de Porto Alegre e do Estado do RS, apesar de ter recebido doações de voluntários, tanto para os animais como para a população. Um dos motivos levantados foi pelo fato de que a escola foi registrada apenas como abrigo de animais. Outro aspecto observado, é que parte do bairro de classe média alta onde estava localizada a escola se opôs ao abrigamento emergencial, sob a alegação de que poderia ser perigoso para os vizinhos e impertinente pelo barulho. A resistência de parte da população mobilizou a atuação de deputadas estaduais no campo dos direitos humanos para a garantia de funcionamento do local.

Esses analisadores institucionais, entre outros que serão desvelados, justificam a importância de complexificar o trabalho em atenção psicossocial nesses contextos, quando essas instituições refletem relações de poder de diversas ordens, em meio a ações multifacetadas para o cuidado à população. O dentro e o fora da Escola, Eldorado do Sul e Porto Alegre, política de educação e política de saúde pública, política de assistência social versus política de segurança pública; todas essas distinções são bordas ilusórias.

As territorialidades em abrigos provisórios são indissociáveis e imprevisíveis, para além de qualquer protocolo institucionalizado pelas políticas públicas. A gestão psicossocial do abrigo exige compreender o espaço físico para além de sua função de alojamento temporário, reconhecendo-o como um território usado pelas dinâmicas da sobrevivência e do afeto. Conforme Santos (2000), o território não é o espaço em si, mas a indissociabilidade entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações, o que tensiona a gestão a acolher a vida cotidiana e as resistências que emergem no abrigo.

Ainda há de se considerar que tais políticas pareceram, em termos macropolíticos, incapazes de fornecer devidamente o apoio nessas circunstâncias de continuidade do cuidado, para além da fase de emergência em desastres. As fases de atuação da gestão do cuidado integral sobre uma situação de desastre incluem as fases de prevenção, mitigação e preparação como partes integrantes na proteção e acolhimento da população em momentos anteriores à emergência. Todavia, a fase da resposta, diante do acontecimento e ações pós-desastres (reparação/reconstrução), exige ainda mais a mobilização comunitária e a garantia da proteção aos direitos (Conselho Federal de Psicologia, 2021).

Quando o território é rompido, ocorre um processo de desterritorialização, caracterizado por descontinuidade da vida cotidiana, ruptura de laços comunitários, fragmentação da memória coletiva, perda das referências simbólicas e geográficas, abalo na autoestima e nos projetos de vida. A desterritorialização contemporânea aparece, de um lado, com os territórios-rede e, de outro, com os aglomerados de exclusão. Os aglomerados de exclusão, são espaços (ou subespaços) tidos como fora de controle e envoltos em processos de exclusão social e violenta insegurança (desterritorialização extrema ou arrasadora) (Haesbaert, 2005).

As famílias vivem simultaneamente memória, luto, luta e reinvenção (Kraft, 2023; Carvalho, 2023; Rodrigues et al., 2025). Colocar as instituições em análise confere-nos a possibilidade dos correspondentes significados sociais imaginários que estão por trás da diversidade de motivações, disponibilidades, avaliações e comportamentos que tivemos antes, durante e depois de tragédias provocadas por desastres climáticos (Montoya et al., 2020).

A assistência social, relativa à proteção social especial de alta complexidade, seria a responsável pelos abrigos e instituições de longa permanência (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2011), o que não ocorreu em relação aos fluxos de gestão em desastres na maioria das

instituições. Não esqueçamos, contudo, que a bricolagem de espaços escolares e universitários, como abrigos provisórios revelam a potência da organização entre sociedade civil e aparelhos do estado diante dessas situações. Mesmo diante da ausência de profissionais dos serviços de assistência social em situações de totais perdas de residência, documentos e outros bens relevantes para reconhecimento político e social desses sujeitos, movimentos instituintes de cuidado foram mobilizados. Entre a heteronomia e a autonomia, os esforços de vinculação e a autogestão foram empreendidos entre universidade, profissionais e sociedade civil (Montoya et al., 2020).

Uma organização do espaço do abrigo que procure contemplar necessidades emocionais, no mesmo patamar de importância das demais necessidades, ajuda bastante na etapa da resposta e na de reconstrução (CFP, 2021; Ministério da integração nacional, 2010). Diante desse cenário, veremos que as ações desempenhadas pela psicologia incluíam pensar as relações de poder e os fluxos de cuidado com a gestão do abrigo, a instrumentalização técnica de voluntários, os limites bioéticos da atuação de estagiários (incluindo a psicologia), o acolhimento de profissionais voluntários, a realização de grupos multiprofissionais de controle social no acesso a políticas de bem estar social e benefícios sociais às vítimas de desastres, planejamento de ações comunitárias com a equipe de gestores e voluntários, ações de prevenção à violência sexual, entre outras problemáticas multifacetadas.

Traçado este breve panorama sobre os desastres causado por inundações sistemáticas no RS, sobre a instituição e a população envolvida neste relato de experiência, busca-se reflexões conceituais e práticas de atenção psicossocial em abrigos provisórios que revelarão distintos momentos no trabalho em atenção psicossocial na assistência à população desabrigada. Os desafios analisados incluem: a) o caráter indevido de urgência que permanece nas práticas de cuidado na instituição de abrigamento; b) a fadiga de compaixão produzida pelo grande fluxo descompensado e disputado de pessoas da sociedade civil (Ferreira, 2017; Chancarlyne Vivian et al., 2024) com ações sobrepostas e revitimizadoras aos refugiados climáticos a nível estadual; c) a insipiência na atuação da política de assistência social nesse contexto, tanto para atendimento ou mesmo para referência matricial à equipe de voluntários na área da atenção psicossocial.

Torna-se relevante ampliar o entendimento da atenção psicossocial para além da chamada Psicologia das Emergências nessas circunstâncias. Não há como entender a saúde mental da

população apenas a partir do atendimento individualizado ou a medicalização da dor, (Débora Noal et al., 2025), sobretudo em abrigos provisórios onde emergem demandas intersetoriais e interdisciplinares no contexto de atenção psicossocial na gestão dos desastres.

Historicamente, a gestão do cuidado psicossocial em desastres no Brasil passou por um profundo deslocamento político e teórico nas últimas décadas. Inicialmente, as respostas estatais limitavam-se ao socorro físico da Defesa Civil, delegando a saúde mental a intervenções clínicas isoladas (Ministério da integração Nacional, 2010). Sob o antigo paradigma da "Psicologia das Emergências", o desastre era tratado como um evento natural e o sofrimento como uma patologia individual baseada no Transtorno de Estresse Pós-Traumático (Arosi, 2017; Noal et al., 2025).

A torção paradigmática ocorreu com a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Reforma Psiquiátrica, que priorizaram o território e a intersetorialidade. Esse avanço gerou o primeiro marco técnico da categoria (Conselho Federal de Psicologia, 2011), consolidando o conceito de Atenção Psicossocial. A partir de então, os desastres passaram a ser compreendidos como crises sociais historicamente construídas sobre vulnerabilidades socioespaciais (Valencio, 2009; Kraft, 2023). Tragédias sucessivas como a da Boate Kiss (2013) e os desastres sociotecnológicos produzidos nas regiões brasileiras em Mariana e Brumadinho forçaram a criação de fluxos de triagem e protocolos para mitigar o esgotamento das próprias equipes (Brondani, 2024; Vivian et al., 2024).

Teoricamente, a gestão da atenção psicossocial em desastres caracteriza-se como o ordenamento político, técnico e metodológico das condições institucionais que estruturam o processo de trabalho e os fluxos de assistência em cenários de calamidade. Afastando-se de abordagens tradicionais focadas no atendimento clínico individualizado e na patologização imediata do sofrimento, a produção científica de ponta estabelece que a resposta em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (SMAPS) deve funcionar como uma instância organizadora e integradora da rede pública, elegendo o SUS e as redes coletivas de atenção como os organizadores centrais do processo de trabalho (Noal et al., 2025).

Quando essas forças institucionais não são coordenadas por fluxos técnicos, elas geram sobreposições operacionais e o esgotamento das equipes. Assim, o desenho de fluxos formais de acolhimento e o estabelecimento de núcleos especializados de atenção, organizados em torno de três eixos intrínsecos à governança do desastre: a gestão do cuidado, a formação em ato e a

assistência imediata estruturada, constituem dispositivos de governança indispensáveis para conter a fragmentação institucional e sustentar uma constância assistencial frente ao caos do pós-desastre (Noal et al., 2025).

A governança intersetorial também funciona como um anteparo metodológico indispensável para regular os fluxos institucionais e o voluntarismo desarticulado. Ao estabelecer redes formais de comunicação e processos de trabalho estruturados, a gestão integrada impede o "assédio dos bem-intencionados" e ações institucionais truculentas ou isoladas, mitigando conflitos de poder, a fadiga por compaixão das equipes e os riscos graves de revitimização da população, enquanto questões que serão aprofundadas nesse relato de experiência.

1. Entre a urgência de voluntários e a estafa da população atingida

A experiência das autorias desse estudo consolida-se na crítica à lógica voluntarialista. Nesse sentido, a atuação em abrigos emergenciais e provisórios se deram por canais formalizados de instituições e redes de comunicação para a captação de profissionais de psicologia voluntárias, como o cadastro em Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde e Conselho Regional de Psicologia. Apesar de problemáticas sociais diversas e aspectos consonantes entre as distintas experiências dessas autorias, escolheu-se por dimensionar a análise de campo exclusivamente através da inserção da autora principal em um dos abrigos provisórios.

Por ter familiaridade na organização e/ou condução de cursos de extensão, especialização e artigos na área de atenção psicossocial em desastres, o uso de diário de campo fora um instrumento de registro e reflexão ético-política da observação de suas práticas e dos processos de trabalho em equipes. Contudo, sob um panorama geral, houve a tendência de profissionais da psicologia, mesmo sem quaisquer estudos prévios sobre a temática, se dirigirem aos pontos de atendimento às pessoas resgatadas dos territórios atingidos, onde os primeiros socorros em saúde mental eram necessários. Também houve o estabelecimento de grupos de WhatsApp com mais de 350 membros enquanto um canal informal de informações sobre locais interessados em voluntários da área da psicologia.

Nesse sentido, é necessário considerar um certo rigor bioético. Essas estratégias, sem uma condução institucionalizada de profissionais aptos a desenvolverem ações em cuidado psicossocial em diversos níveis de atenção (locais de resgate, ambulatórios e hospitais de campanha, abrigos

provisórios, serviços públicos descentralizados, entre outros), por vezes, produziram algumas dificuldades que também foram observadas neste relato de experiência.

Na ocasião dos desastres produzidos diante das chuvas no RS, a perspectiva da psicologia institucional ajuda-nos a perceber que a análise da demanda e encomenda são questões fundamentais. Na análise institucional francesa, um dos primeiros passos na intervenção é a análise da encomenda e demanda, que desdobra o pedido de análise feito pela organização. A análise da encomenda gera a demanda como o seu desdobramento problemático, expondo o emaranhado de forças contido no pedido de análise. A atitude crítica faz aparecer as demandas de intervenção que nunca são espontâneas, mas produzidas tanto no encontro analítico quanto previamente a ele (Lourau, 1975).

Conhecer a realidade a ser operada, familiarizar-se com a instituição e analisar as demandas e necessidades dos atores sociais implicados parecem ser questões esquecidas por parte dos profissionais que se mobilizam em torno dos cenários de crises climáticas. Mesmo com temporalidades e movimentos tão singulares diante da tragédia, há de se considerar que nem todas as territorialidades do cuidado em situações de desastres pressupõem a necessidade de atender a um ritmo frenético nas operações de cuidado.

O referencial de Bleger (1984) em psicologia institucional, também possibilitou mapear como as urgências do desastre tensionavam a estrutura e as decisões da equipe gestora. Longe de buscar diagnósticos individuais de doença, a leitura institucional debruçou-se sobre as relações instituintes e o enquadre do serviço, permitindo manejar os conflitos cotidianos como analisadores da própria política de assistência emergencial. O instituído manifesta-se nos elementos estruturais e normativos prévios ao desastre, tais como a cultura organizacional, a hierarquia gestora, a rotina de trabalho e os protocolos formalmente estipulados. Por outro lado, o instituinte emerge por meio das urgências e contingências do desastre, materializando-se naquilo que escapa às normas prescritas e nas novas relações que se formam para responder à crise. Dessa forma, as urgências factuais tensionam a rigidez da estrutura estabelecida, transformando os conflitos cotidianos em analisadores que denunciam as limitações do instituído e convocam a equipe a manejar o enquadre do serviço, viabilizando respostas assistenciais mais flexíveis e resolutivas (Lapassade, 1977).

Para tanto, alguns aspectos no diagnóstico institucional em situações de desastres, são

indispensáveis: entender o fluxo de atenção e os protocolos estipulados (e o que escapa deles); conhecer as equipes que compõem a instituição; como se dá a organização prévia dos processos de trabalho; qual a cultura institucional prévia (o modo como opera determinada instituição escolar certamente atribuirá suas normas, valores enquanto abrigo provisório à população acolhida) (Ministério da saúde, 2017).

O tempo urgia dentro do abrigo provisório. As famílias chegavam em diversos horários, algumas vinham sob o acolhimento e transporte de voluntários que ficaram disponíveis nos pontos de resgates, como foi em frente ao Shopping Pontal de Porto Alegre na beira do Guaíba. O cadastro das pessoas era realizado na entrada, além de uma primeira consulta de saúde no ambulatório montado com apoio de voluntários médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem.

Os gestores do abrigo provisório eram os diretores e alguns profissionais da instituição escolar e muitos dos voluntários eram familiares dos profissionais da educação, além de pessoas da comunidade, grupo de escoteiros e profissionais de ensino técnico e superior que se colocavam à disposição. Também havia adolescentes no trabalho voluntário com as crianças. Alguns voluntários faziam o translado em seus carros nos pontos de resgates das famílias e esses ficaram posteriormente como voluntárias do abrigo. Esses voluntários que se mobilizaram no vínculo com as famílias desde o momento do resgate, passaram a ocupar um lugar instituinte enquanto gestores. Ou seja, eles colocaram em movimento o lugar naturalizado de que a escola deveria, agora, transmutada em abrigo, ser gerida por eles.

Assim, outros voluntários espontaneamente se dirigiam com dúvidas, pedidos e sugestões sem consultar os gestores e profissionais da escola. Tal movimento foi gerado em parte pela energia de tomada nas decisões rápidas e protagonismo das ações desses voluntários. Por outro lado, emerge o início de um tensionamento de disputa pelo suposto saber e fazer sobre o corpo social vitimado.

As psicólogas voluntárias, inicialmente, foram tomadas pela rapidez com que voluntários, gestores instituídos e instituintes do abrigo-escola moviam-se e organizavam os fluxos de serviços e atividades de maneira sobressalente umas às outras. O que era inicialmente uma disputa de poder velada entre quem tomava as decisões sobre rotinas, encaminhamento de donativos, entre outras demandas, tomou proporção crescente de conflitos e tensionamentos. Era comum escutar: “Todos querem mandar e poucos querem fazer” (Diário de Campo, 2024).

O tempo permanece no frenesi da urgência em um abrigo provisório, não pelos sobreviventes dos resgates que durante dias possuíam um excessivo sono, uma necessidade de recobrar as energias. Algo que rememora ao conceito de Friedrich Nietzsche (2008) sobre o fatalismo russo: “em uma fatalidade impossível de ser combatida, às vezes, tudo o que há a fazer frente a uma situação muito difícil é guardar o mínimo de energia que ainda se possui, fazendo uma espécie de "hibernação" para que não ocorra a consumação total da vitalidade do sujeito” (Fortes, 2014, p. 686).

Enquanto as famílias se isolavam nos quartos, com o único desejo de dormir, tomar banho e se alimentar, ouviam-se os gritos de pessoas interessadas em ajudar ecoando pelos corredores da Escola. O contingente de voluntários certamente era maior do que de pessoas abrigadas. A partir da rotina diária da instituição, notou-se que as pessoas voluntárias iam por dois ou três dias e não voltavam mais. Demorou cerca de duas semanas para que a Escola pudesse organizar uma lista de entrada e saída de pessoas cadastradas para o trabalho.

Os processos de trabalho nessas circunstâncias produzem facilmente tomadas de decisões e atitudes inadequadas ou revitimizadoras. Isso se deve em grande parte pelo que entendemos como o assédio dos bens intencionados (Valencio; Valêncio, 2018). O propósito que move tais atores externos aparenta ser muito louvável, e mesmo providencial; contudo, as vítimas têm pouco espaço de manobra para adotar narrativas próprias e estratégias emancipadas de ação (Valencio; Valêncio, 2018). O impedimento do livre trânsito, o voluntariado assistencialista e a resiliência compulsória são algumas ações contraproducentes que impedem a capacidade de elaboração de estratégias coletivas, redes sociais e comunitárias.

Além de questões éticas, como o caso de dois estudantes da área da saúde, que mentiram sobre serem profissionais formados para o restante da equipe e para a população assistida, a horda de pessoas voluntárias era em sua maioria composta por curiosos. Havia uma aura de desespero em realizar alguma atividade, em ajudar de algum modo, sem que nenhum fluxo e planejamento de trabalho conduzissem as ações de maneira mais estruturada.

Os espaços marcados pela transitoriedade e pelo anonimato temporário, nos quais não há espaço para a expressão da singularidade, para relações afetivas profundas ou para uma história partilhada, constituem o que Marc Augé (2005) conceitua como não-lugares. No contexto explicitado, “os não-lugares, são os espaços onde a regra é a Exceção e não o direito, onde o

desastre e a catástrofe são potências incubadas ou já em curso na natureza e tanto mais no homem por seu desejo de domínio" (Souza, 2024, p. 51). Nesse sentido, a psicologia no contexto da gestão do cuidado psicossocial foi importante, para que pudesse mediar situações de conflitos entre gestores e entre os voluntários, a fim de que a população pudesse ter sua privacidade e autonomia garantidas.

Foi estabelecido um fluxo de trabalho, nomeando ações e núcleos de cuidado entre diferentes equipes (como a de cuidado em saúde e atenção psicossocial, refeitório, limpeza, entre outras tantas) (Tatiana Reidel et al., 2024). Os modos de comunicação abordados em encontros sistemáticos também auxiliaram, em alguma medida, a combater o clima de urgência e os tensionamentos conflitantes que são danosos para uma instituição de acolhimento provisória.

Com o tempo, percebemos que também era necessário pensar em núcleos de cuidado para a própria equipe da psicologia que não ficou totalmente alheia aos movimentos internos sobrepostos. Assim, os núcleos de cuidado da infância, núcleo de cuidado dos trabalhadores e gestores (Ministério da saúde, 2024a) e núcleo de cuidado ao acesso aos direitos sociais e projetos de vida, propiciaram ações para além do acolhimento e acompanhamento de famílias junto a outros profissionais.

É necessário que desde o momento inicial, as instituições de abrigamento tenham cheiro de casa, tempos e movimentos de casa, mesmo que na provisoriedade, para que se possa digerir o trauma. Todo desastre é traumático, ainda que isso não implique como consequência o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (Arosi, 2017). Ou seja, sentir que se está seguro não apenas diante de sua sobrevivência, mas de que há vida mesmo em meio à tragédia. Em geral, as pessoas estão fortemente vinculadas ao lugar onde moram e mudanças drásticas alteram significativamente o seu cotidiano. O planejamento de horários de refeição e higiene, bem como o de eventual recreação, decidido em conjunto com a população, cria uma rotina necessária ao bem-estar das pessoas (Massarani; Kretzer, 2016).

Considera-se que esse é um dos objetivos primordiais de um abrigo provisório e a psicologia é uma das áreas de saber potentes para direcionar os esforços nesse sentido. A constância é mais importante que a intensidade dos trabalhadores e dos sons. As movimentações em massa e as ações sobrepostas não favorecem o cuidado à população sobrevivente de desastres socioambientais como a do RS.

Outro aspecto que emerge na urgência conferida ao clima organizacional e cultura dos desastres ligados ainda a um imediatismo nas ações mesmo na etapa pós-emergencial é a necessidade de uma escuta apurada das demandas coletivas acerca das rotinas e recursos disponibilizados à população. Um exemplo contundente ocorreu quando as pessoas ainda eram alimentadas por doações externas, sem qualquer tipo de controle ou fiscalização sobre a procedência dos alimentos.

Passaram-se semanas até que uma das famílias procurou a ajuda da psicologia após um encontro coletivo entre as equipes e a população, para que pudesse explicitar que alguns alimentos vinham estragados. No relato da mãe, o gosto e cheiro de podre dos alimentos era uma circunstância que fazia com que suas filhas revivessem o trauma de comer alimentos estragados por cinco dias até que fossem resgatadas de um bairro periférico em Eldorado do Sul. Assim, contribuiu-se na mediação entre as demandas e as necessidades da população, a gestão e os voluntários. O relato dessa família possibilitou a tomada de decisão da escola em produzir as principais refeições compartilhadas entre os profissionais e as pessoas acolhidas, mitigando os riscos de insegurança alimentar.

Era comum a população acolhida demonstrar gratidão. Os agradecimentos sistemáticos e repetitivos eram direcionados aos múltiplos trabalhadores envolvidos no cuidado. Havia uma isenção de qualquer sugestão ou crítica por parte da população. Coelho e Beleli (2022) afirmam que o sentimento de gratidão recorrentemente subordina o receptor ao doador, colocando-o em situação de inferioridade hierárquica. Esses sentimentos, contudo, com frequência “não surgem sozinhos na experiência subjetiva individual, formando gramáticas em que aparecem atrelados, por vezes sob a forma de “deslizamentos”, ou seja, um surgindo em substituição ou em decorrência de outro” (Coelho; Beleli, 2022, p. 7).

As expressões emocionais da população sinalizavam também culpa e vergonha. Justamente a feminista Sarah Amed (2022), sobre a política das emoções em diversos contextos de desigualdades, reflete sobre os processos que operam as emoções para “fazer” e “moldar” os corpos como formas de ação. Emoções como o medo, a vergonha e a culpa, vistas em uma perspectiva de análise mais profunda, podem provocar ou impedir a mobilização de ações políticas, ou seja, a interpelação de determinados grupos ou sujeitos políticos (Nakase; Barriga, 2021).

A culpa que sentem as vítimas é para além do questionamento melancólico de serem merecedoras de escaparem de um destino ainda mais indesejável. Nessa forma de problematização, as emoções são lidas como meio de explicar as formas de organização humana. No Estado neoliberal, a ajuda (ou eliminação da pobreza) foi apoiada na noção de caridade pública ou assistencialismo. Hoje, grande parte da ajuda corresponde a estas concepções estabelecidas de ajuda pontual, prestada num momento específico, efêmero, clientelista e dependente (Montoya et al., 2020).

As redes informais de voluntariado e os abrigos comunitários não são capazes de substituir as políticas de justiça social do Estado. A efervescência do voluntariado e do acolhimento psicológico nos abrigos provisórios, embora marcada por uma práxis de solidariedade — não pode ser analisada à parte da racionalidade neoliberal que opera a desterritorialização e a precarização do trabalho (Lindenmeyer; Tegnher, 2025). Assim, o voluntarismo no contexto neoliberal é frequentemente capturado como uma estratégia paliativa que substitui a responsabilidade do Estado e a consolidação de políticas públicas estruturais de assistência e saúde mental. Essa dinâmica transfere o ônus da gestão do colapso socioambiental para a responsabilização individual e o trabalho gratuito da linha de frente. (Montenegro, et al., 2025). O agente voluntário vê-se, assim, atravessado por uma dupla precarização: atua em cenários de extrema instabilidade institucional e vivencia um sofrimento ético-político, na medida em que a tecnificação e a urgência da escuta emergencial arriscam despolitizar as causas históricas e as desigualdades estruturais que produzem a própria catástrofe (Fagundes et al., 2025).

Nesse sentido, a atenção psicossocial em abrigos provisórios também deve estar atenta a esses mecanismos de poder a partir das expressões de emoções para além da noção de individualidade uma vez que as situações de vulnerabilização social vividas previamente pelas pessoas são reproduzidas no cotidiano dos serviços de abrigamento. Sendo então, os desastres socioambientais conceituados como uma crise social historicamente construída que se manifesta a partir de um evento físico, expondo injustiças e vulnerabilidades sociais que agravam os danos (Kraft, 2023).

Questão notória nesse contexto no RS, foram as situações de violência relacionada ao tráfico de drogas, tanto entre diferentes facções do tráfico, como com conflitos internos com a segurança pública. Situações de roubo e abuso sexual de mulheres e crianças também foram

situações manejadas intersetorialmente, principalmente em instituições de grande porte como fora nos abrigos instalados na Universidade Luterana do Brasil ou no Ginásio do Centro Estadual de Treinamento Esportivo/CETE (A Nova Democracia, 29 de maio de 2024; Zero Hora, 29 de maio de 2024).

No caso do abrigo provisório deste relato de experiência, houve o testemunho de uma família de Eldorado do Sul sobre as ameaças de violência armada por parte da Força Nacional de Segurança Pública nos momentos de resgates da população ao solicitarem que um rapaz inconsciente pelo uso de substâncias psicoativas também fosse resgatado (e não foi). Outra ocorrência foi a entrada truculenta de um número significativo de agentes da segurança pública, fortemente armados, no interior do abrigo, sem se apresentarem para gestores de referência da instituição. Foram comuns relatos de psicólogas voluntárias de outros abrigos inferirem que o refúgio climático em âmbito estadual serviu de facilitador de busca e apreensão de traficantes, colocando em risco a segurança e cuidado com a população acolhida após situações de extremo risco de vida e trauma.

Desse modo, é indispensável no trabalho de gestão do cuidado em situações de desastres nos abrigos: perceber os marcadores sociais da população atingida, como raça (e os processos de criminalização advindos do racismo), geração, como as peculiaridades do cuidado a pessoas idosas, especialmente quando desprovidas de vínculos familiares e comunitários (Ministério da saúde, 2024b), as relações de hierarquias de gênero estabelecidas,como se dá relações entre homens e mulheres, a relação de cuidado ou vulnerabilidades das crianças (Ministério da saúde, 2004a), o perfil sociocultural da juventude, bem como identificar as pessoas LGBTQIAP+ e como a diversidade é acolhida (Paiva; Garcia, 2022).

Questões relacionadas às distintas religiosidades conferem-nos compreender as inteligibilidades criadas pelas pessoas diante da tragédia. A família é outra instituição que esteve presente entrelaçada com a da religião nessas circunstâncias (Montoya et al., 2024). Sob o prisma dessa experiência, era comum ser reiterada a ideia presente nas religiões neopentecostais de que haveria um juízo final diante de um mundo pecador e injusto e a espera por um momento divino de salvação. Nesses casos, as relações de pertencimento costumavam ser por família nuclear, enquanto pessoas de religião de matriz africana, no contexto trabalhado, demonstravam vínculos de contiguidade que incluíam relações de amizade e vizinhança além da família de origem.

A maioria das pessoas, entretanto, buscava dar sentidos simbólicos à situação vivida para além de uma atribuição natural ou divina dos eventos climáticos (Montoya et al., 2024). Elas atribuíam à injustiça social, às desigualdades sociais vividas, como falta de investimento na cidade de Eldorado do Sul, especialmente nas regiões periféricas. As pessoas mais velhas relatavam uma história transgeracional com a cidade, de todo modo, muitos se questionavam se poderiam continuar residindo na cidade, devido às graves repercussões da crise climática em todo território municipal. Os que buscavam retornar ao território, temiam que suas casas fossem saqueadas e não raramente esse cenário era o teor principal de seus pesadelos durante a noite.

2. Entre a estafa de voluntários e a mobilização da população atingida

Ao longo das semanas os corredores foram ficando silenciosos, trazendo uma privacidade maior à população alojada e uma circulação para fora dos quartos. A possibilidade de circulação possibilitou vislumbrar algum cenário mais próximo de um cotidiano familiar. Mulheres que trabalhavam como profissionais do sexo e que queriam manter suas atividades não eram criticadas diante dessas circunstâncias. Alguns jovens maiores de 18 anos faziam uso de maconha fora da instituição. Muitas famílias, que possuíam alguma condição financeira, iam ao shopping no final de semana passear com os filhos e algumas pediam comida por aplicativo. Por vezes, voluntários e a população abrigada combinavam de fazer churrasco aos finais de semana.

Em torno da circulação de pessoas, a preocupação da psicologia se concentrava nos limites das interações entre crianças e adultos, especialmente no que dizia respeito às violências sexuais. Foi estabelecido com a gestão e a população de adultos e crianças uma pulseira de identificação da criança e nome do familiar de referência e espalhamos pelos banheiros o que chamamos de “Semáforo do Corpo” (Ministério da saúde, 2024a).



Figura 1: Semáforo do Corpo (arquivo pessoal)

O núcleo de cuidado à infância pelo grupo de voluntárias da psicologia propôs atividades com as crianças no espaço de brinquedoteca, foram articuladas com a voluntária da pedagogia e equipe, atividades de prevenção em saúde mental relacionado ao trauma. O cuidado de atenção integral através da rede intersetorial a uma criança com Transtorno do Espectro Autista também buscou o acompanhamento sistemático às famílias com necessidades específicas.

Em relação aos adultos, realizaram-se acompanhamentos sistemáticos àqueles que apresentavam crises de ansiedade recorrentes, enquanto uma estratégia para que reduzissem as chances de medicalização do sofrimento psicossocial. Entre aqueles que já faziam uso de medicamentos, houve uma preocupação maior para ter o acesso a seus tratamentos, tanto para doenças crônicas, como medicamentos psicofármacos. Para isso, buscou-se acessar sua rede de atenção socioassistencial e dar continuidade aos tratamentos anteriores. Alguns adultos que eram usuários do Centro de Atenção Psicossocial conseguiram retomar seus atendimentos psicológicos de modo online.

Ao passar das semanas, aumentava a demanda por voluntariados específicos, como médicos, enfermeiros e assistentes sociais. Iniciava-se um processo de estafa de quem havia começado na gestão da instituição e de voluntários vinculados ao trabalho desde o início das atividades. Nos momentos de conversa no pátio destinado ao descanso desses, ouvia-se comumente sobre o cansaço, o sentimento de abandono por parte de outros voluntários, os tensionamentos internos entre equipes, a falta de recursos suficientes destinados pelo Estado. Não existe um lugar posto de quem é o salvador e quem é salvo. Alguns profissionais também eram desabrigados pelo evento climático, inclusive residindo no espaço escolar e de trabalho.

O cansaço por parte de profissionais e gestores, principalmente os com mais tempo de instituição escolar, produziram como efeito alguns discursos mais desumanizadores da realidade conduzida com a população, próprio do que alguns autores nomeiam como fadiga de compaixão (Chancarlyne Vivian et al., 2023). A fadiga de compaixão se caracteriza por um esgotamento físico e emocional de trabalhadores que acolhem pessoas em sofrimento ou dor pelos cuidados recorrentes ao bem-estar do outro. É dividida em duas dimensões: uma ligada à exaustão física, raiva, cansaço e burnout e outra ligada ao trauma secundário, com presença de medo e trauma do

trabalho relacionado ao estresse e desconforto que o sofrimento da pessoa atendia causa aos profissionais. “Frente a esse risco é necessário estabelecer estratégias de prevenção e proteção dos trabalhadores e voluntários atuantes nas equipes de resposta às enchentes” (Brondani, 2024, p. 1).

O medo de parte da equipe de gestão do abrigo provisório relacionava-se ao Estado não assumir a contingência de cuidado na fase de Reconstrução. Com o tempo alguns profissionais chamavam a população atendida de “hóspedes”, demonstrando a linha limítrofe que separa a vítima na lógica da ajuda humanitária do lugar subjetivo de repreensão. Nem a vítima, nem a ideia de evento traumático são processos naturais; eles estão numa cruzada moral e dependem de forças históricas e sociais (Fassin, 2019).

As pressões do Estado para as escolas retomarem as atividades letivas produziram em alguns um mecanismo coletivo de defesa ao sofrimento pelo trabalho que se articulou a certo rechaço na permanência da população que se mantinha em situação de abrigo. Por outra parte da equipe, havia uma angústia e preocupação, de como as pessoas iriam reconstruir suas vidas e que apoio seria possível enquanto um direito social e não uma benesse assistencialista. A equipe da gestão da equipe escolar, mobilizou donativos de cestas básicas e materiais de limpeza para as idas ao território e doação de eletrodomésticos, que seriam enviados à população posteriormente. Destaca-se, como medida de grande relevância, a disponibilização de ônibus pela Prefeitura de Porto Alegre, viabilizando o deslocamento diário da população de Eldorado do Sul, acompanhada por membros da equipe escolar e voluntários, a fim de iniciar a limpeza de suas residências, processo que demandou sucessivas idas e vindas entre Porto Alegre e Eldorado do Sul.

Comumente ouvíamos que as pessoas queriam logo retornar a suas casas, se sentiam culpadas por ainda ter que estar em situação de abrigamento, devido aos extremos efeitos destrutivos das inundações nos territórios e das chuvas que permaneceram em Eldorado do Sul. As pessoas sabiam que precisariam resgatar alguma força vital e imaginavam diferentes cenários de destruição de suas residências. Muitas descreviam o momento como “vamos reviver o trauma” (Diário de Campo, 2024).

Tirar da passividade as pessoas que viveram inúmeras perdas causadas pelo desastre socioambiental enquanto efeitos dos processos de vulnerabilização, foi uma das ações impulsionadas entre a psicologia e o único voluntário da área de assistência social. O drama

pessoal está enredado ao sujeito coletivo (Valencio; Valêncio, 2018). Na época, os benefícios específicos provindos do Governo Estadual e do Governo Federal ainda não estavam definidos. E apesar de ações do Ministério da Justiça, de cadastrar todas as pessoas nas instituições de acolhimento que perderam seu registro civil de identidade, todas tentativas de contato com o Centro de Referência da Assistência Social da região ou mesmo com Fundação de Assistência Social foram impossibilitadas.

Como as pessoas digerem a memória do trauma diante da falta de comunicação? De não ter o conhecimento sobre o acesso a direitos sociais ou a escolha pelo tempo de permanência que possuem na instituição? A falta de informações gerou sofrimento psicossocial nas famílias, como crises de ansiedade, piora dos sintomas depressivos e problemas de saúde, especialmente para pessoas portadoras de doenças crônicas como diabetes e hipertensão. Algumas informações, não necessariamente verídicas, como de realocação da população para outro abrigo em local que impossibilitaria as idas à Eldorado do Sul para as limpezas das casas causou desespero em parte das pessoas. Essa informação teve que ser manejada pela equipe da gestão, através de uma roda de conversa.

A equipe da psicologia junto a outros profissionais, preocupou-se com espaços coletivos de protagonismo das pessoas acolhidas. A população pôde, conforme interesse, se disponibilizar como trabalhadora voluntária, na participação em reuniões sistemáticas no poder decisório das tomadas de decisão. Fora montado um grupo de acolhida, por meio de rodas de conversa e mural informativo diariamente atualizado sobre a retomada de benefícios sociais e a inserção dos benefícios complementares devido ao desastre produzido por inundação no RS. As dúvidas da população em relação aos seus direitos sociais incluíam o medo de ser demitido do seu trabalho e se haveria um atestado comprovando sua ausência, se teriam acesso aos benefícios já garantidos sem documentação e quais benefícios complementares teriam direito.

Por ser um grupo de atenção psicossocial, buscamos principalmente estabelecer uma escuta perante a dimensão do trauma e a possibilidade de reconstrução, conhecer mais sobre a rede de apoio social e de serviços básicos que cada família possuía, suas expectativas e estratégias iniciais perante o ocorrido. Esses encontros puderam diminuir a angústia relacionada a um suposto descaso e abandono na fase de Reconstrução. O vínculo entre a equipe e as pessoas acolhidas,

apesar de todos os percalços, era muito potente. A memória da dor pôde ser compartilhada se tornando um ato político de resistência.

Narrativas desse relato de experiência tomam a dimensão no campo das afecções ao lembrar que termina com a ida ao território de Eldorado do Sul para ajudar na limpeza aos que estavam tentando reconstruir sua noção de lar e ofertar cestas básicas aos que já haviam retornado. No intervalo, tomar um cafezinho como acolhida afetuosa daqueles que antes foram acolhidos. Na seara da possibilidade de pertencimento e justiça ambiental (Débora Noal, et al., 2025), concomitantemente, parte da equipe da escola mobilizou a gravação de narrativas para propor um documentário, aliado ao interesse das pessoas diante da possibilidade de narrar sua própria história.

Considerações finais

Os abrigos provisórios em situações de desastres são instituições que operam entre a Fase de Emergência e a Fase de Reconstrução em situações de desastres. As instituições de acolhimento se situam nesses processos ligados às perdas, traumas e insegurança (financeira, alimentar e de saúde). Além da produção de conhecimentos atrelados à gestão do cuidado psicossocial em situações de desastres, dos preceitos da saúde coletiva e políticas públicas, é necessário estar atento a um diagnóstico institucional. A indissociabilidade entre fazer e conhecer pôde prevenir a estafa emocional/física de equipes interdisciplinares e mitigar atitudes contraproducentes ao acolhimento humanizado. As relações de poder e a noção de provisoriedade do cuidado geraram tensões de diversas ordens entre as pessoas em situação de abrigamento e principalmente, entre os voluntários e gestores.

Se os problemas vividos diante de uma tragédia são coletivos e multifacetados, as resoluções também devem ser coletivas e de atenção integral e intersetorial. O desafio reside, sobretudo, em não enredar as experiências de vulnerabilidades em desastres numa máquina de intervenção. O cuidado não é protocolar. De todo modo, capacitações *in loco* de voluntários para poderem atuar desde o contexto inicial de acolhida pode ser uma estratégia micropolítica a ser ofertada por parte de psicólogas/os e outros profissionais da saúde nessas circunstâncias a fim de evitar ações revitimizadoras.

Sair da estrutura de cuidado voluntarista é pressupor estratégia de responsabilidade ética e técnica para lidar com as problemáticas advindas de diversas fases de um desastre. O voluntarismo gera ações sobrepostas e deletérias, seja pela falta de capacitação, esgotamento da empatia, impossibilidade de continuidade por falta de remuneração. Salienta-se a necessidade de inclusão de disciplinas aprovadas pelo Ministério da Educação na grade curricular de cursos de saúde e ciências sociais, bem como capacitação de profissionais de políticas públicas e investimento na contratação de profissionais e pesquisadores da área em situações de desastres e emergências.

Bibliografia

AHMED, Sara. **The Cultural Politics of Emotion**. London: Routledge. 2013.

ANZALDO MONTOYA, Mónica; ESTRADA MILÁN, Jesús Salvador; MAISTERRENA ZUBIRÁN, José Javier, GALINDO SOLÍS, Andrés Ismael; RAMOS RIVERA, Teresa de Jesús. Institución, autonomía y autogestión ante el desastre. O de cómo los terremotos hacen temblar lo instituido. ***Revista de El Colegio de San Luis***, *10*(21), 00002. Epub 14 de marzo de 2022. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21696/rcsl102120201097> Acesso em: 08 de nov. de 2025.

A NOVA DEMOCRACIA. RS: Policiais agridem crianças e impõem terror em abrigo de Porto Alegre.Porto Alegre, 29 de maio de 2024. **A Nova Democracia.** Disponível em: https://anovademocracia.com.br/rs-policiais-agridem-criancas-e-impoem-terror-em-abrigo-de-porto-alegre/. Acesso em: 08 de nov. de 2025.

AROSI, Ana Paula. **"Lutar Não é Loucura": Gestão de desastres, de crises psicológicas e movimentos de familiares de vítimas após o incêndio na boate Kiss.** Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade**. 9. ed. Campinas: Papirus, 2005.

BACKES, Felipe. Quatro pessoas são detidas após briga em abrigo de Porto Alegre. Porto Alegre, 20 de maio de 2024. **Zero Hora**. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2024/05/quatro-pessoas-sao-detidas-apos-briga-em-abrigo-de-porto-alegre-clwrdpcyv00h2013u5nuhecpu.html. Acesso em: 07 de nov. de 2024.

BRONDANI, A. C. Cuidados em saúde mental de trabalhadores e voluntários nas ações de resposta às enchentes. **Jornal da Universidade**, 29 maio 2024, n. extra, 2024.

CARVALHO, Walter. Oliveira de. **Comunidades de Sobradinho-BA: uma análise da percepção dos impactos socioambientais provocados pela construção da hidrelétrica** (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós- graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental/PPGEcoH, Universidade do Estado da Bahia). Juazeiro, 2023. Disponível em: <https://saberaberto.uneb.br/

server/api/core/bitstreams/283c7573-75b5-4fba-840b-9bb58e14039a/content> Acesso em: 08 de nov. de 2025.

COELHO, Maria Claudia.; BELELI, Iara. Apresentação-Um Leque de Temáticas, um Arco de Sentimentos: subjetividade, emoções e políticas públicas. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), número 38. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/VfL7vwxSQszvbNRS8wrK5Hy/?format=pdf&lang=pt > Acesso em: 20 de nov. de 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia de emergências e desastres na América Latina: promoção de direitos e construção de estratégias de atuação**/Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP. p. 100, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) na gestão integral de riscos, emergências e desastres**/Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. CFP, 2021.

COSTA, Dierick. Bernini Marques; TAVARES, Vitória das Neves Farias; ZANIN, Gabriela. Direitos humanos e desastres ambientais: a importância dos abrigos exclusivos para mulheres e crianças nas enchentes do Rio Grande do Sul em 2024. **Anais do Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade**, número *6*, 2024

FAGUNDES, Sandra; et al. Emergências climáticas e saúde mental: tensionamentos entre Estado, movimentos sociais e população atingida. In: MATTOS, Flávia Cardozo de; DIELLO, Maria Luiza (org.). **Entre rios e ruínas**: a psicologia diante do desastre socioambiental no Rio Grande do Sul. 1. ed. Porto Alegre: Conselho Regional de Psicologia do RS, 2025. p. 81-106.

FASSIN, Didier. As economias morais revisitadas. ***R*evista Brasileira de Sociologia da Emoção**, *18*(53), 27-54, 2019. Disponível em: < https://www.cchla.ufpb.br/rbse/FassinTradKouryArt_RBSEv18n53ago2019.pdf> Acesso em: 12 de fev. de 2026

FORTES, Isabel. O sofrimento como travessia: Nietzsche e a psicanálise. **Revista EPOS**, *5*(1), 99-111. 2014 Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2014000100006&lng=pt&tlng=pt.> Acesso em: 31 de dez. de 2024.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Setembro de 2024. **Uma estimativa da população atingida pelas enchentes do Rio Grande do Sul em 2024**. Nota Técnica. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento. 2024. Disponível em: < https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14337> Acesso em: 31 de dez. de 2024.

KRAFT, Fernanda. Graña. **Rio que transborda e Terra que enraíza: o impacto de uma cheia e o deslocamento de comunidades ribeirinhas do Baixo Rio Madeira/RO** (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2023. Disponível em: <

https://doi.org/10.11606/D.59.2023.tde-24072023-080401> Acesso em: 02 de dez. de 2024.

LÉON, Lucas Pordeus. Revolta e incerteza marcam volta de alagamentos em Eldorado do Sul. **Agência Brasil**. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-06/revolta-e-incerteza-marcam-volta-de-alagamentos-em-eldorado-do-sul> Acesso em: 21 de jun. de 2024.

LAPASSADE, Georges. **Grupos, organizações e instituições**. Tradução de Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. [1]

LINDENMEYER, Thales William Borges; TEGNHER, Guilherme Ariel. Atendimento Psicológico nas Enchentes do Rio Grande do Sul em 2024: Como Problematizar? **Revista Polis e Psique**, v. 15, e025005, 2025. Disponível em: ufrgs.br. Acesso em: 13 out. 2026.

LOURAU, R.; DE LABRUNE, N. F. **El análisis institucional**. Buenos Aires: Amorrortu. 1975.
MASSARANI, Marco Aurélio Lino; KRETZER, Juliana. Abrigos temporários para desastres: características e realidade. **Revista Ordem Pública**. *9*(1), 181-192, 2016. Disponível em: <https://rop.emnuvens.com.br/rop/article/view/118> Acesso em: 10 de dez. de 2025.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. **Gestão de riscos e de desastres: contribuições da psicologia.** Curso à distância / Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Florianópolis: CEPED. 2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. ***Guia de preparação e resposta à emergência em saúde pública por inundação*** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. – Brasília: Ministério da Saúde, 56 p. 2017. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_preparacao_respostas_emergencia_saude_publica_inundacao.pdf> Acesso em: 10 de dez. de 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Série Saúde Mental e Atenção em Desastres. **Crianças em abrigos provisórios**. Beatriz Schmidt, Debora Noal, Ilana Katz, Luísa Habigzang, Ricardo Lugon, Simone Paludo. Volume 3. 1ª ed. Maio de 2024. 2024a.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Série Saúde Mental e Atenção em Desastres. **Pessoas Idosas**. Adriana Cogo, Ana Cecília Weintraub, Beatriz Schmidt, Daniela Barsotti Santos, Debora Noal, Denise Leão, Fernanda Serpeloni, Helen Barbosa dos Santos (Org). Volume 8 | 1ª Ed., junho de 2024.2024b.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Revista práxis educacional**. v. 17, n. 48, p. 60-77. 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/praxis/article/view/9010/6134> Acesso em: 31 de dez. de 2024.

NAKASE, Ilse E. A.; BARRIGA, Luz M. M. D. La vergüenza, la culpa y el miedo: un análisis comparado de emociones desde lo político. **Revista de Educación Superior del Sur Global-RESUR**, (12), e2021n12a14-e2021n12a14. 2021. Disponível em: < https://doi.org/10.25087/resur12a14 > Acesso em: 31 de dez. de 2024.

NOAL, Débora DA S.; WEINTRAUB, Ana Cecília A. DE M.; SCHMIDT, Beatriz; SERPELONI, Fernanda; GOMES, Layla R. S.; MAGRIN, Nicolly P.; COGO, Adriana S. Entre espelhos cobertos e tesouras guardadas: reflexões sobre trabalhar em situações de desastres. **Psicologia & Sociedade**. *37*, e299813. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2025v37299813> Acesso em: 15 de jun. de 2025.

PAIVA, Vera Silvia; GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Sofrimento psicossocial e sexualidade em tempos de COVID-19 e de ataque aos direitos humanos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 22, n. 4, p. 1329-1350, 2022. Disponível em: < https://doi.org/10.12957/epp.2022.71641 > Acesso em: 31 de dez. de 2024.

REIDEL, Tatiana; TRENTINI, Clarissa M.; TSCHIEDEL, Rosemarie G.; WAGNER, Flávia; SCHNEIDER, Júlia.; WOTTRICH, Laura A. Ação Psico & Social: na efetivação de um espaço de cuidado no abrigo da ESEFID durante a situação de calamidade do RS. **Revista da Extensão**, 24-33. 2024. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/revext/article/view/143168/93299> Acesso em: 15 de jun. de 2025.

RIO GRANDE DO SUL. **Monitoramento de Abrigos Eventos Adversos**. Secretaria de Desenvolvimento Social. 2024. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNThhYTZmMGMtZDhkNy00OTEyLTkzNmEtYjU1NWIyMTZmNTVjIiwidCI6IjE1ZGNkOTA5LThkYzAtNDBlOS1hMWU1LWNlY2IwNTNjZGQxYSJ9> Acesso em: 02 de ago. de 2025.

GUIMARÃES, Rafael. **A enchente de 41**. Porto Alegre: Libretos, 2013.

RODRIGUES, Robert D. M.; GUERRA, Jureuda D.; IKUMA, Jéssica. L. S. S.; MONTEIRO, Ádima F. R.; CARMO, Maria P. S. DO; SARGES, Mônica I. C. de. A psicologia e os grandes projetos na Amazônia: das emergências e desastres à produção de atingidos. **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**. 23(7), 01-22. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/oelv23n7-120> Acesso em: 02 de fev. de 2026.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

SOUZA, Irisvaldo Laurindo. Disaster and catastrophe: a contribution to literary studies. **Margens**. *17*(29), 37-53. 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v17i29.10626> Acesso em: 20 de set. de 2025.

VALENCIO, N. Vivência de um desastre: uma análise sociológica das dimensões políticas e psicossociais envolvidas no colapso de barragens. **Sociologia dos desastres – construção,**

interfaces e perspectivas no Brasil. Norma Valencio, Mariana Siena, Victor Marchezini e Juliano Costa Gonçalves (Org.) São Carlos: RiMa Editora, 2009, 176-199.

VALENCIO, Norma; VALENCIO, Arthur. O assédio em nome do bem: dos sofrimentos conectados à dor moral coletiva de vítimas de desastres. **Lumina.** *12*(2), 19-39. 2018. Disponível em: < https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/21531/11646> Acesso em: 02 de mar. de 2025.

VIVIAN, Chancarlyne; SCHOENINGER, Maiara Daís; TRINDADE, Letícia de Lima; BORGES , Elisabete Maria das Neves. Fadiga por compaixão e situações de desastres: uma revisão narrativa. **Psi Unisc**, *[S. l.]*, v. 8, n. 3, p. 127–146, 2024. DOI: 10.17058/psiunisc.v8i3.19634. Disponível em: https://seer.unisc.br/index.php/psi/article/view/19634. Acesso em: 5 de mar. de 2025.

WERNKE, Ana. Crise climática e gênero: o duplo fragelo das vítimas de eventos climáticos extremos. **Revista internacional de vitimologia e justiça restaurativa.** 2(2). 2024. Disponível em: < https://doi.org/10.58725/rivjr.v2i2.87> Acesso em: 5 de mar. de 2025.

Recebido em: 15/02/2026

Aceito em: 15/10/2026

---

[1]Professora Visitante do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG; Pós-doutorado no Grupo de Estudos em Preconceito, Vulnerabilidade e Processos Psicossociais (PVPP/Pós Graduação Psicologia PUCRS); Mestra e Doutora em Psicologia Social e Institucional UFRGS; Email:helenpsi@yahoo.com.br

[2] Coordenadora do grupo de pesquisa VIVAZ- Interfaces em Psicologia e Saúde (diretório CNPq); Pós-doutorado no Departamento de Medicina Social da FMRP-USP com bolsa PDJ CNPq- área Saúde Coletiva; Mestrado em Psicologia pela FFCLRP-USP e Doutorado em Enfermagem pela EERP-USP; Email:danibarsotti@gmail.com

[3]Mestranda no Programa Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande e graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Pelotas. Email: tiffanicardozo@gmail.com